Visão do Direito

Maurício Gewehr e Luiza Winkelmann
Advogado do escritório Kipper Gewehr Advogados

Luiza Winkelmann
Advogada do escritório Kipper Gewehr Advogados

Acordo de sócios: sinônimo de segurança jurídica e estabilidade

Previsto, originalmente, na Lei das S.A., mas com ampla aplicação no âmbito das sociedades limitadas, o acordo de sócios é um instrumento societário importante para a organização das empresas, pois estabelece regras aplicáveis exclusivamente entre os sócios, sem a necessidade de torná-las públicas por meio de registro na junta comercial.

Esse documento permite definir direitos e deveres que os administradores do negócio desejam manter em sigilo, além de disciplinar aspectos fundamentais como entrada e saída de sócios, distribuição de lucros, cláusulas de não concorrência e dissolução da sociedade – contribuindo para uma gestão mais estruturada e prevenindo conflitos que poderiam comprometer a continuidade do negócio.

Cláusulas típicas do acordo de sócios:

— Vesting: muito utilizada para reter talentos, essa cláusula define uma meta a ser alcançada ou um período em que o colaborador precisa manter-se vinculado à empresa para adquirir determinada participação societária.

— Não concorrência: visa impedir que um sócio, após desligar-se da empresa, atue em negócios concorrentes por determinado período.

— Tag Along: garante que, caso um sócio majoritário venda sua participação, os sócios minoritários tenham o direito de vender suas quotas nas mesmas condições. Protege investidores menores contra mudanças desfavoráveis.

— Drag Along: dá ao sócio majoritário a possibilidade de forçar os minoritários a vender suas quotas ou ações caso surja uma proposta vantajosa para a venda da empresa como um todo.

— Lock-up: restringe a compra e venda de quotas ou ações por um determinado período ou até o alcance de uma meta predeterminada, evitando oscilações na estrutura societária e garantindo estabilidade.

No cenário das startups, caracterizado por um ambiente dinâmico, incerto e de rápido crescimento, marcado por constantes transformações — como a entrada de investidores ou a eventual saída de sócios —, o acordo de sócios desempenha um papel fundamental na gestão e no desenvolvimento do negócio. Isso porque mudanças na composição societária, como a sucessão ou a saída inesperada de um dos sócios, podem afetar diretamente a estabilidade e a saúde financeira da empresa.

"Além de reduzir riscos, o acordo de sócios proporciona maior segurança jurídica e alinhamento dos sócios, evitando desgastes desnecessários e preservando a affectio societatis, ou seja, a vontade de manter a sociedade ativa e harmoniosa"

Além de reduzir riscos, o acordo de sócios proporciona maior segurança jurídica e alinhamento dos sócios, evitando desgastes desnecessários e preservando a affectio societatis, ou seja, a vontade de manter a sociedade ativa e harmoniosa, contribuindo, também, para a consolidação da empresa no longo prazo. Em meio a um cenário de tantas incertezas econômicas e políticas, tomar as devidas precauções com relação ao seu negócio é imprescindível para não sofrer prejuízos no futuro.

Visão do Direito

Fabiano Carvalho
Especialista em transformação digital e CEO da Ikhondo escritório Kipper Gewehr Advogados

Dia da Inteligência Artificial: entre avanços e desafios de regulação e ética

Comemorado em 1º de Maio, o Dia da Inteligência Artificial convida à reflexão sobre os impactos dessa tecnologia que, mais do que uma promessa futurista, já transforma rotinas, decisões e setores inteiros da economia. Usada em assistentes virtuais, diagnósticos médicos, análises de riscos financeiros e monitoramento agrícola, a IA está moldando o mundo em ritmo acelerado.

Essa mudança estrutural traz avanços, mas também exige governança, novas competências e uma consciência ética mais apurada. Questões como transparência algorítmica, riscos de discriminação, impactos sobre o emprego e proteção de dados ocupam hoje o centro do debate. Em áreas sensíveis, como justiça e saúde, entender por que um sistema automatizado tomou determinada decisão é mais do que uma necessidade técnica — é uma exigência democrática.

A adoção crescente da IA exige que lideranças públicas e privadas assumam a responsabilidade de orientar seu uso com critérios claros. Isso significa revisar processos, capacitar equipes e garantir que as decisões apoiadas por algoritmos estejam alinhadas a valores humanos e sociais. A IA, para ser útil, precisa ser compreendida como parte de uma estratégia maior de transformação — e não como um atalho tecnológico.

À medida que tarefas operacionais são automatizadas, o diferencial humano estará no pensamento crítico, na criatividade e na capacidade de adaptação. Mas, para que a IA cumpra seu papel estratégico sem comprometer direitos, é essencial garantir que seus sistemas sejam auditáveis, compreensíveis e justos.

"Mais do que celebrar os avanços tecnológicos, o Dia da Inteligência Artificial é um convite para reafirmar o compromisso com o uso ético, transparente e responsável dessa tecnologia que já transforma profundamente a sociedade"

Nesse contexto, a regulação surge como ferramenta fundamental. A recente aprovação do AI Act, na União Europeia, aponta um caminho: incentivar a inovação sem abrir mão da proteção aos direitos fundamentais. No Brasil, o debate sobre um marco legal está em curso e deve envolver todos os setores da sociedade.

Regular a inteligência artificial não significa travar o futuro — significa garantir que ele seja ético, seguro e inclusivo. Neste 1º de Maio, mais do que celebrar a tecnologia, é hora de reafirmar o compromisso com seu uso responsável — para decisões mais humanas, sustentáveis e transparentes.